

O Racismo e a Criança Negra na Educação Infantil

Racism and The Black Child in Early Childhood Education

Jefferson Teotonio Salgado

Graduação em Pedagogia, Universidade Estadual de Montes Claros

Assistente Técnico, Secretaria de Educação do Estado, Montes Claros, MG, Brasil

 jefftsalgado@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6297-4669>

Paula Wellen Barbosa Gonçalves

Mestrado em em Produção Vegetal, Universidade Federal de Minas Gerais

Bolsista Capes, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil

 paulawellen@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2271-7830>

 <https://doi.org/10.29327/2206789.19.33-14>

 Publicado em acesso aberto sob uma licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) 

Resumo

O presente trabalho tem como tema a formação da identidade racial na criança negra durante a Educação Infantil e procurou debater como as práticas pedagógicas interferem na formação da identidade racial de crianças negras na Educação Infantil. Para essa investigação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em autores como: Silva (2001), Afonso (1995), Almeida (2019), Silva (1999), Bento e Carone (2002), Berger e Luckmann (2004), Césaire (1978), Fazzi (2004), Fernandes (1972), também foram utilizados as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Racial. O objetivo geral é compreender como as práticas pedagógicas docentes podem favorecer o processo de formação da identidade racial, e os objetivos específicos são analisar a formação da identidade racial da criança negra, na educação infantil, estabelecer relações entre a socialização e a construção da autoimagem na criança negra e desvelar o papel da escola na formação da identidade racial dessa criança negra. Os resultados indicam, fatalmente para a contradição de que apesar de todo o avanço na legislação brasileira acerca do tema, estamos longe de termos um sistema educacional mais justo e igualitário, em que não sejam mais necessárias ações pedagógicas antirracistas que contribuam um crescimento psicologicamente saudável para crianças negras.

Palavras-chave: relações raciais, educação infantil, racismo, prática pedagógica

Abstract

The present work has as its theme the formation of racial identity in black children during Kindergarten and seeks to discuss how pedagogical practices interfere in the formation of racial identity of black children in Kindergarten. For this investigation, a bibliographical research was carried out based on authors such as: Silva (2001), Afonso (1995), Almeida (2019), Silva (1999), Bento and Carone (2002), Berger and Luckmann (2004), Césaire (1978), Fazzi (2004), Fernandes (1972), the National Curriculum Guidelines (DCN) for the Education of Ethnic-Racial Relations were also used. The general objective is to understand how teaching pedagogical practices can favor the process of racial identity formation, and the specific objectives are to analyze the formation of the black child's racial identity in early childhood education, establish relationships between socialization and the construction of self-image in black child and reveal the role of the school in the formation of the racial identity of this black child. The results indicate, fatally to the contradiction that despite all the advances in Brazilian legislation on the subject, we are far from having a fairer and more egalitarian educational system, in which anti-racist pedagogical actions that contribute to a psychologically healthy growth for children are no longer necessary. black children.

Keywords: race relationships, child education, racism, pedagogical practice

Recebido em 05/12/2022

Aceito em 15/02/2023

Publicado em 31/03/2023

Introdução

O racismo é uma ferida aberta e pulsante em nossa sociedade, estigmatizada em corpos e almas. Como conceituado por Santos (1984), o racismo é um “Sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre outros (...)”. Essa definição é simples, mas uma breve reflexão pode ampliar exponencialmente sua concepção sobre o tema e seus entroncamentos na atualidade. O racismo é um mecanismo muito forte da discriminação porque o discriminado nada pode fazer para alterar as características raciais que a natureza lhe deu, a raça é parte do todo que o constitui, quem ele é sofre todo o dano do preconceito e da rejeição social. Porém a discriminação racial com as configurações atuais é relativamente recente.

O racismo, como ideologia elaborada, é fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, Ásia e África. A ideologia racista se manifesta a partir do tráfico escravo, mas adquire o status de teoria após a revolução industrial européia. Aimé Césaire, em seu Discurso sobre o Colonialismo, escrito no imediato do pós-guerra, salienta que Cortez e Pizarro pilhavam e matavam na conquista da América, mas que nunca afirmaram “ser mandatários de uma ordem superior”...os hipócritas só vieram mais tarde. (Pereira, 1978, p. 22).

Esse processo de racismo individual e institucional, que por vezes são confundidos, mas divergem em sua origem e semântica, e devem ser explicitados e conceituados para melhor entendimento. O racismo individual como o próprio nome diz ocorre de um indivíduo, ou indivíduos contra outros, causando mortes, ferimentos, danos psicológicos e econômicos. E de forma mais generalista, o racismo institucional é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Seria por exemplo, atos de toda uma comunidade branca contra uma comunidade negra.

Um ato de racismo individual, um assassinato motivado pela cor de vítima uma vítima negra, pode ser filmado, punido e abertamente execrado pela sociedade, mas a estrutura que fomentou aquele ato, é muito mais sutil, muito mais difícil de ser condenado, ele se enraíza na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade. Segundo Almeida (2019), com efeito, o racismo é dominação, e o que motiva essa dominação, essa busca pelo poder é uma manutenção da hegemonia branca, a manutenção das instituições como são, fazendo com que todo escopo balizador da civilização em que vivemos, esteticamente, intelectualmente, culturalmente seja de um grupo dominante, neste caso o termo hegemonia cabe como uma luva. Então os crimes de discriminação racial, crimes de ódio, são uma forma brutal de demonstração do funcionamento desse racismo institucionalizado nas ações racistas individualizadas, como causa e efeito de regras e padrões que criam lacunas de desigualdade socioeconômicas e tantas outras, que naturalizem esse domínio em todas esferas relevantes, de homens brancos.

As origens deste método de dominação remontam ao falso berço da civilização, falso pois a noção eurocêntrica de mundo desdenha da real história do mundo, como apontado por Cesáire (1978), é criada pela desumanização progressiva dos povos negros durante sua colonização, e sustentada por uma falsa superioridade científica, moral e religiosa do homem branco. O neocolonialismo, que ocorreu durante o século XIX, assentou-se na inferioridade racial dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento. (Almeida, 2019), esse processo visava impedir a ascensão social do negro e a manutenção do status quo dos povos dominantes, processo que ocorre de forma similar no Brasil atual. Como pode ser exemplificado pela fala de Souza (1983, p.23):

A história da ascensão social do negro, brasileiro é assim a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais, da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação.

Esse processo de negação do negro, como dito anteriormente foi historicamente construído, ignorando seu passado, sua cultura, como se tudo que o povo negro brasileiro fosse, viesse de sua herança cativa, como se tudo se resumisse a escravidão.

Esta é a origem, dos esforços de negros contemporâneos: provar ao mundo dos brancos, acima de tudo, a existência de uma civilização negra, que talvez, mais importante que educar os negros, é não deixá-los, serem escravos de seus arquétipos propondo para tanto, romper com as formas literárias ligadas ao ensino oficialmente eurocêntrico, por um ensino mais aberto e menos folclórico. (Fanon, p.46, 1983).

Se não existe culpa nos descendentes de escravos desse processo de desumanização gradativa, também não pode ser imputada culpa, nos descendentes de escravocratas. Existe, no entanto, a necessidade crescente de se atenuar as tensões raciais entre brancos e negros, para isso é necessário que haja uma reeducação étnico-racial. Como dito pelo DCNERER (p. 15, 2004) “é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. “. E ainda segundo esse documento, existe uma atitude que parte do branco nessa relação, eles possuem a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações, juntamente com os negros que tem sido mantidos à margem da sociedade, para juntos construírem relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos.

O Processo de Constituição da Identidade na Criança

A diversidade é um tema que divide opiniões, existem pensamentos conservadores e progressistas, a ignorância e o preconceito criam situações hediondas, violência verbal, física, isso mostra o quanto a temática deve ser levada e discutida nas salas de aula. No Brasil, a cor ou raça é definida primariamente por um sistema utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que possui dois componentes: a classificação

em raças, isto é, o conjunto das categorias raciais; e o método de identificação do pertencimento das pessoas às categorias raciais, a autodeclaração, esse método é utilizado tanto no Censo Demográfico como no ato da matrícula para a Rede Pública de Ensino. Então cabe a cada indivíduo se afirmar como preto, pardo, branco, amarelo ou indígena. A identidade racial é relacionada a cor da pele e a outras características físicas, fenotípicas, não à origem, ancestralidade. É comum, por exemplo, que um filho de pai ou mãe negra, mas que tem a pele mais clara, se declare branco.

Podemos afirmar que assumir a negritude é um ato político, trata-se de tomar para si a história e cultura do grupo étnico, sua história, suas raízes, suas lutas, principalmente no ambiente escolar, Silva (1999) compreende a identidade negra como uma referência que um sujeito tem, a qual se autoconhece e se constitui a partir da relação com outros sujeitos. Desse modo, vai constituindo sua identidade negra, que o fará se posicionar politicamente em torno de seu pertencimento racial. Precisamos definir primeiro quem é essa criança da Educação Infantil, como definido pelo DCNEI a criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, p.14, 2012)

É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças de 4 ou 5 anos, além de ser dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, de forma universal. A escola é o local que prepara a criança para o convívio em sociedade e deve transmitir-lhe valores éticos e morais. Para isso deve acolher os alunos com empenho para possibilitar uma real transformação em suas vidas. Esta instituição é um espaço sociocultural que lida com uma imensa diversidade etnocultural. Porém no que se tange à identidade racial, percebemos um grande desnível entre como os alunos se veem, e como a sociedade os veem, a forma como a escola fortalece, ou deveria fortalecer sua identidade sociocultural, como descrito por Rodrigues (2004), em seu trabalho analítico sobre a sociedade, diz que as regras sociais que permitem a existência das instituições, são pregressas e moldam a maneira com que agimos e enxergamos o mundo e o outro. São um pacote de regras sociais, que regulam nossa vida, criam padrões a serem seguidos e são normalizados por todos, a escola como instituição formadora de sujeitos corrobora e expande essa normalização nas crianças.

Como afirmam Berger e Luckmann (2004): "só é possível o indivíduo manter sua auto identificação como pessoa de importância em um meio que confirma essa identidade". Logo, cabe à escola, na Educação Infantil, pela mediação do professor e demais profissionais com os alunos, prover um ambiente propício à construção de uma autoimagem real e consciente da criança. É necessário, para isso, pensar as práticas pedagógicas por uma ótica mais aguçada quanto ao desenvolvimento da igualdade racial, e adequar suas ações de acordo com as situações e diversidade encontradas em sala de aula. Como analisa Silva (1999, p. 106):

A identidade é sempre uma relação: o que eu sou só se define pelo que não sou; a definição de uma identidade é sempre dependente da identidade do outro. Além disso, a identidade não é uma coisa da natureza; ela é definida num processo de significação: é preciso que, socialmente, lhe seja atribuído um significado.

É necessária uma análise dessa formação da identidade racial da criança negra, no ambiente escolar, e para isso é preciso compreender como as práticas pedagógicas docentes podem favorecer o processo de formação da identidade racial e problematizar quais fatores escolares podem interferir positivamente nesse processo, estabelecendo relações entre a socialização em sala de aula, bem como o papel docente como mediador do conhecimento e auxiliar no crescimento intelectual da criança.

A amostragem presente na sala de aula, acaba por replicar sistematicamente, de forma consciente ou não práticas racistas pelos docentes e alunos, o despreparo em lidar com a multiracialidade na educação infantil, sempre se deu de maneira conflituosa, vários trabalhos relevantes apontaram essa condição.

Como explicitado por Bento (2006) existiu um silenciamento histórico sobre a educação infantil no âmbito de combate ao racismo, durante os anos 80, procurando se obter espaço apenas nos níveis fundamentais, médio e superiores da educação, estabelecendo se assim um limbo identitário, sendo que segundo ela: "As pesquisas (particularmente norte-americanas) veem mostrando, de modo recorrente, que, em torno, aproximadamente, dos 4-5 anos as crianças já desenvolveram algum tipo de conceituação ou identificação racial (Fazzi, 2004)."

Desta maneira é como se fosse ignorado na educação infantil algo que inequivocamente ocorrerá, deixando uma lacuna para a construção de uma identidade racial negativa, ou ao não combate ao pensamento racista, seria como se não tivéssemos crianças antes dos 6 anos, escolas antes do ensino fundamental, ou que fosse possível

referir-se à identidade étnico-racial apenas a partir dessa etapa do ensino. Essa negligência é ainda amplificada pelo despreparo ocasional do corpo docente, já que esta não é uma preocupação institucionalizada.

Isso pode ser exemplificado com o trabalho de Afonso (1995), que relata acontecimentos chocantes, embora comuns, na socialização entre crianças brancas e negras:

[...] uma criança branca pergunta à educadora se ficará suja se pegar na mão de outra criança negra. A educadora que também era negra contou o caso sorrindo e disse à criança “que é claro que não, todo mundo é igual”. Um monitor relembra o dia em que um grupo de meninas brincava “de casinha” e, dentre elas, a menina negra, a qual ele denominou “a de pele mais escura”, fazia o papel de empregada doméstica. Ele resolveu intervir sugerindo que as meninas trocassem de papéis, mas elas abandonaram o jogo e quando ele se afastou, elas retomaram a brincadeira com a mesma divisão de papéis. A linguagem usada pelas educadoras ao definir as crianças que passavam por episódios preconceituosos: “cabelo ruim” ou “mas essa era pretinha mesmo, pretinha que chegava a ser azul de tão preta”. (Afonso, 1995, p. 17).

Ocorre também durante essas demonstrações de racismo, a resistência da criança negra que é ofendida. A reação mais comum encontrada até pela falta de maturidade, é o bater. Isso gera ocasionalmente falta de compreensão da comunidade escolar, pois uma linha foi cruzada, a da agressão física, as acusando de serem agressivas e não tem o mesmo procedimento com a criança que praticou a discriminação. O que pode gerar novas marcas de exclusão da criança no ambiente escolar, sendo taxadas de estranhas, violentas, ou pouco participativas. Em contraponto há uma outra reação da criança negra vítima de preconceito, ela se auto-afirma como negra, mostrando que mesmo diante daquele ambiente hostil conseguem resistir e com isso mostrar a outras crianças a legitimidade de inclusão naquele grupo.

Com essa breve demonstração de preconceito e racismo, entendemos que crianças brancas de 4 anos ou mais, já passaram por um processo de subjetivação que os arrastou para concepções de negatividade, inferiorização, subalternidade do negro, figurações presentes e infelizmente arraigadas no nosso imaginário e na nossa realidade social.

Esse mesmo processo ocorre com as crianças negras, que se veem como feias, inferiores, ruins, replicando o que a sociedade ocidental diz e pensa sobre o outro, o negro, o diferente. Porém essa socialização ocorre, antes de mais nada na família e só então é ampliada para o convívio escolar, que ao invés de ser um local para desenvolvimento da criança, acaba por tornar se um fator negativo na constituição de sua

autoimagem, o que evidencia a necessidade de se propor intervenções pedagógicas que visem preparar o corpo docente e alunos diante desse tipo de atitude em relação aos alunos.

A pobreza incide de maneira mais forte a criança negra, pois a família negra como um todo vive com mais intensidade a desigualdade social, como mostrado pelos indicadores sociais brasileiros, quando todos são pobres, incidem sobre a criança negra desempenhos escolares inferiores. Sobre a mulher negra, sua renda é inferior em relação às mulheres brancas na mesma profissão. O homem negro recebe menos que o homem branco, há diferenças na escolaridade etc. A pobreza socialmente é atravessada e se explica pela cor.

Tanto a infância quanto a raça, possuem semelhanças em suas características, são vítimas das noções binarizantes e generalizantes, de branco/preto, de adulto/criança e por isso podem se configurar como potência micropolítica. Essa categorização do negro como categoria minoritária, não pela sua quantidade, mas por não se enquadrar em uma ordem hegemônica de estética, de saúde, de trabalho entre outras, reforçando um estado de dominação. A criança negra pode ser pensada não como uma minoria em quantidade, mas à sua possibilidade de devir, de romper essa ordem de opressão e hegemonia que as submetem a um sistema racista. Tornar crianças desde a educação infantil protagonistas de suas próprias histórias, recusar a homogeneização sutil de sua diversidade que ocorre durante o fazer pedagógico, reconhecendo o direito às diferenças identitárias, intensificando-as, criando, produzindo, nunca nos submetendo a um modelo único, a uma dimensão predominante.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais

Como as próprias diretrizes conceituam-se:

Diretrizes são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas a que historicamente possam, a partir das determinações iniciais, tomar novos rumos. Diretrizes não visam a desencadear ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário. (Brasil, 2004)

O texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) tem como o objetivo de ajudar a corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiros, uma decisão política com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores, ampliando o foco dos currículos escolares, para a diversidade cultural, racial, social e econômica, e podemos sintetizar nos três pontos principais a seguir:

- Consciência política e histórica da diversidade;
- Fortalecimento de identidades e de direitos;
- Ações educativas de combate ao racismo e à discriminação

Uma das coisas propostas pelas diretrizes é reforçar os significados atribuídos às comemorações cívicas ligadas ao combate contra o racismo como o 13 de maio, Abolição da Escravatura e Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo; 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra entre outros. Historicizar as datas comemorativas, confrontando-as com documentos de época, as contextualizando, o que se mostra como uma excelente forma de ensinar, com uma perspectiva reflexiva e dinâmica, a história de como se dão as relações étnico-raciais no Brasil. Mostrando maneiras de se aplicar as leis de combate ao racismo e fortalecimento da cultura afro-brasileira de forma afetiva.

Um aspecto sempre presente na obra de Paulo Freire, é “(...) a afirmação do caráter emancipatório, libertador, problematizador da realidade, no sentido oposto ao de uma educação submissão” (Brasil, 2002, p. 98). Para ele a educação nunca é neutra, sempre está a favor de uma posição política. Ela pode contribuir para a manutenção de um sistema opressor, para que as pessoas se acomodem ao mundo em que vivem ou se envolvam na transformação dele. Então quando um professor opta por uma neutralidade em seu método de ensino, ou quando não tem clareza ou conhecimento o suficiente para perceber seu posicionamento a respeito das relações étnico raciais em sala de aula, ele está optando pela conservação desse sistema racista, opressor, oposto disso, a educação transformadora proposta nas obras de Freire, é essencialmente problematizadora, crítica, que permite a reflexão e contemplação da realidade, de forma criativa e dinâmica. A educação para libertação, pela concepção freireana, é antes de mais nada o ato de saber, de conhecer a si e a realidade em que se vive, para que então seja possível a transformação da realidade. Por isso, as DCNERER (2004), são tão importantes, porque

servem como um rico referencial para aplicação de conteúdos ferramentais para o educador e comunidade escolar, de como a educação pode colocar o aluno como protagonista consciente de sua trajetória antirracista.

E como reafirmado por Silva (2006), o processo de aprender-ensinar-aprender, em que mulheres e homens ao longo de suas vidas fazem e refazem seus jeitos de ser, viver, pensar, os envolvem na ressignificação desses conceitos com outras pessoas de diferentes faixas etárias, sexo, grupos sociais e étnico-raciais. Como uma troca, que faz com que a experiência de viver seja também a de tocar nas questões da identidade, de conhecimentos culturais, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder, hierárquicas ou não. Seguindo essa linha de raciocínio, brasileiros de grupos étnico-raciais diversos como indígenas, africanos, europeus, asiáticos, aprendem e ensinam como se situar na sociedade, através de práticas sociais em que relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas podem, como dito por Freire, nos moldar para a manutenção ou para transformação deles e de sua realidade. Esse modo de construção, segundo Silva (2006), é que forma nossas identidades nacionais, étnico-raciais, pessoais, nas quais aprendemos e transmitimos nossas visões de mundo, que se expressam em nossos valores, posturas e atitudes que assumimos, nos princípios e ações que empreendemos a partir do branqueamento de nossa sociedade.

Considerações Finais

O objetivo proposto pelo trabalho apresentado, foi o de iniciar o debate e a análise sobre como o racismo impacta a formação da identidade racial da criança negra, na educação infantil, compreender como as práticas pedagógicas docentes podem favorecer o processo de formação da identidade racial e estabelecer relações entre a socialização e a construção da autoimagem na criança negra.

Tendo essa linha mestra bem clara, o que nós utilizamos para a análise, foi um material referencial bibliográfico, de autores relevantes para a temática, bem como referencial documental, a legislação que paramenta, a Educação para as relações étnico-raciais no Brasil nas últimas décadas, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Durante a leitura dos documentos e material bibliográfico, é fácil perceber que ainda há

um longo caminho a ser percorrido, a criança negra, ainda sofre com a discriminação racial em sala de aula, mesmo com professores bem-intencionados e com formação de nível superior, ainda não é o bastante.

Podemos com essa reflexão, iniciar o processo de compreensão de como o fazer pedagógico impacta e é impactado pelos conflitos étnico-raciais, que apesar da legislação ser ampla e direta, ainda não há material de qualidade e em quantidade suficiente para o trabalho em sala de aula. E que a família ainda não é alcançada por essas ações de intervenção pedagógica, ainda há no ideário popular, a noção de que o negro é inferior, menos digno de direitos, de apreço.

Não se pode pensar que as lutas por igualdade racial, estão somente no âmbito político, ela permeia todo o fazer pedagógico, ela não se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema, mas também à escola. Porque é papel da escola, enquanto instituição social que deve assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente contra toda e qualquer forma de discriminação. A superação do racismo e da discriminação racial é tarefa de todos educadores, independentemente de sua raça ou religião. Neste processo de escrita, revistei lembranças dolorosas da minha infância, de como me percebi negro, durante a leitura e análise dos relatos dos professores, revivi as dores emocionais de situações de desprezo, os olhares que inferiorizavam e nos faziam sentir menos digno, menos bonito, e pertencente a lugar nenhum, mas também me fez entender melhor os processos histórico sociais que estavam por trás desses olhares, e analisar por essa ótima minha própria construção étnico-racial durante a infância na educação infantil.

Por isso creio que trabalhos como esse, que visam fomentar uma análise do interior da temática, ajudam muito a dar visibilidade a uma luta contínua, contra o impacto social que fragiliza e fragmenta a identidade racial de milhões de crianças negras na educação infantil, a escola tem que ser o lugar para fomento da luta e da busca pela equidade racial da criança negra. Espero que esse trabalho tenha atingido os objetivos propostos, e possa contribuir para o debate acerca da temática, pois ela possui vasto espaço para crescimento e melhorias, visto que infelizmente ainda estamos longe da situação ideal. Porém como diz a frase, atribuída a Carlos Mariguella, “A última luta que se perde, é a luta que se abandona!” .

Referências

- Afonso, L. (1995). *Gênero e processo de socialização em creches comunitárias. Cadernos de pesquisa, 93.*
- Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural.* Pólen.
- Bento, M. A. S., & Carone, I. (Orgs). (2002). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* Editora Vozes.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento.* Editora Vozes.
- Brasil. (2004). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.* MEC.
- Brasil. (2009, 18 dez.). *Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil.* Resolução CNE/CEB nº 5/2009.
- Brasil. (2006). *Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais: Alfabetização e diversidade.* SECAD/MEC.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo.* Sá da Costa.
- Decreto-Lei nº 12.288 (2010, 20 de junho). *Estatuto da Igualdade Racial.* Presidência da República/Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
- Fazzi, R. C. (2004). *O drama racial de crianças brasileiras: Socialização entre pares e preconceito.* Autêntica.
- Pereira, J. M. N. (1978). Colonialismo, racismo, descolonização. *Revista Estudos Afro-Asiáticos, 2,* maio/agosto.
- Rodrigues, A. T. (2004). *Sociologia da Educação, (5 ed.).* DP&A.
- Santos, J. R. (1984). *O que é racismo.* Editora Brasiliense.
- Silva Jr., H. D., & Rosa, L. (2011). Diversidade étnico-racial e educação infantil: Uma introdução. Em M. A. S. Bento (Org.). *Práticas pedagógicas para igualdade racial na educação infantil.* Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade.
- Silva, T. T. (1999). *Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo.* Autêntica.
- Sousa, N. S. (1983). *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.* Edições Graal.